
O MERCADO DE TRABALHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO NO CONTEXTO DA DINÂMICA PRODUTIVA E DO EMPREGO RECENTES NO BRASIL

Magda Elisabete dos Santos
Universidade de Passo Fundo
magda_elisabete@hotmail.com

Cleide Fátima Moretto
Universidade de Passo Fundo
moretto@upf.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a evolução da profissão de Secretariado Executivo no contexto da dinâmica produtiva brasileira e do mercado de trabalho em geral. Revisa os elementos de destaque da dinâmica econômica e do mercado de trabalho, no Brasil, no período recente, e as peculiaridades do mercado de trabalho para o secretário(a) executivo(a). De forma aplicada, apresenta o resultado de levantamento de dados secundários do emprego formal a partir das informações da Rais/MTE, focalizando a evolução do emprego do secretário(a) executivo(a) comparativamente ao emprego total, no Brasil, no período entre 2003 e 2010. Avalia, de outra parte, o comportamento do emprego formal na área secretarial em relação ao emprego formal total e sua vinculação com o nível de crescimento econômico do país. O estudo aponta que a profissão de Secretariado tem acompanhado a dinâmica econômica brasileira, tanto em termos de emprego formal, quanto em crescimento da produção nacional, apresentando um importante crescimento em todas as regiões do país.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho. Secretário Executivo. Empregabilidade.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the evolution of the Executive Secretary in the context of Brazilian economic dynamic and the labor market in general. It revises the main elements of the economic dynamic and the labor market, in Brazil, during the recent years, and the peculiarities of the labor market for the executive secretary. So, it presents the results of survey of secondary data from formal employment, from the information Rais / MTE, focusing on the evolution of employment of the executive secretary compared to total employment in Brazil between 2003 and 2010. Evaluates, on the other hand, the behavior of formal employment in the secretarial area in relation to total formal employment and their relationship to the level of country's economic growth. The study shows that the Secretarial profession has followed the dynamics of the Brazilian economy, as relation of formal

employment to the national production, it shows an important growth in all regions of the country.

Keywords: Labor Market. Executive Secretary. Employability.

Introdução

A discussão sobre mercado de trabalho de modo geral requer a retomada não apenas dos principais enquadramentos teóricos oferecidos pela economia do trabalho, mas sobretudo, das evidências associadas às variáveis que expressam a dimensão e o ritmo do nível de produção e do emprego. As tendências observadas no âmbito dos processos produtivo e de trabalho apontam para novas relações e intensidades em termos do capital, assim como novos perfis ocupacionais. Num cenário de maior competitividade, em nível global e local, as organizações passaram a demandar um novo tipo de profissional, mais bem preparado para enfrentar as incertezas do mercado e capazes de adaptar-se às novas necessidades, a fim de responder de forma assertiva a essas transformações econômicas.

O artigo tem como objetivo geral analisar a evolução da profissão de Secretariado Executivo, no contexto da dinâmica produtiva brasileira e do mercado de trabalho em geral. Revisa os elementos de destaque da dinâmica econômica e do mercado de trabalho, no Brasil, no período recente, e as peculiaridades do mercado de trabalho para o secretário(a) executivo(a). Diante das mudanças estruturais e conjunturais da economia e da possibilidade de inserção do profissional de Secretariado, pretende-se investigar a evolução do emprego, na área secretarial, em comparação à evolução do emprego total.

Especificamente, busca pontuar os referenciais teóricos que descrevem a relação entre a dinâmica produtiva e o mercado de trabalho e identificar alguns dos principais elementos determinantes das transformações observadas a partir dos anos 1990, no Brasil, caracterizadas pela abertura comercial, a reformulação do papel do Estado, a estabilidade de preços, as novas tecnologias, as formas atípicas de contrato de trabalho, a flexibilidade nas relações de emprego entre outras, que alteraram o mercado de trabalho. Contextualiza, nesta dinâmica, o profissional de Secretariado Executivo, que, a priori, deve corresponder às características demandadas pelas empresas, com conhecimento dos diversos ramos de atuação e com visão ampla do negócio, capacitado, portanto, para acompanhar as modificações inseridas no mercado. O questionamento que se coloca, nestes termos, é: qual a tendência e a intensidade das variações no nível produtivo e do emprego do secretário(a) executivo(a), no Brasil, no período recente?

Para tanto, o estudo aplicado, em nível descritivo e por meio de uma abordagem quantitativa, utiliza-se da pesquisa bibliográfica na área econômica e secretarial. Ainda, realiza levantamento de dados secundários, relativos às três variáveis representativas do nível de produção e de emprego, especificamente do emprego formal, a partir de informações do IBGE (BACEN, 2011) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no período de 2003 a 2010.

Portanto, tendo em vista as peculiaridades dos diferentes segmentos do mercado de trabalho, sobretudo em nível ocupacional, e os movimentos decorrentes da dinâmica produtiva, cabe avaliar como se comporta a demanda pelo profissional da área secretarial comparativamente às demais ocupações formais. Espera-se, nesses termos, que a uma

evolução positiva do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, ocorra um incremento na demanda pelo profissional secretário(a) executivo(a).

Logo, o texto está dividido da seguinte forma: na primeira parte reúne informações relativas ao surgimento e organização do mercado de trabalho, citando ainda os acontecimentos ocorridos nos anos 1990 e 2000. Em seguida, aborda a dinâmica produtiva e a demanda pelo profissional secretário(a) executivo(a) nas organizações, no período recente. A terceira parte apresenta os procedimentos metodológicos. Já a quarta parte do estudo traz os dados levantados, tratados quantitativamente, e suas respectivas análises. Finalmente, as considerações finais em relação ao estudo são apresentadas.

2 Referencial Teórico

O questionamento apontado pelo presente artigo sinaliza a importância de se analisar as relações entre a dinâmica produtiva e o mercado de trabalho, uma forma de compreensão não apenas dos instrumentais de análise da economia do trabalho, mas das evidências práticas em termos dos condicionantes e das consequências dos fatos econômicos recentes do país. Da mesma forma, a configuração do contexto formativo e profissional do secretário(a) executivo(a) aponta para o entendimento e aplicação desta ocupação no âmbito do mercado de trabalho primário.

2.1 Dinâmica Produtiva e Mercado de Trabalho

O surgimento do mercado de trabalho está ligado ao sistema capitalista de produção e da consequente utilização do trabalho em larga escala. Não diferente do que acontece num mercado comum, há vendedores (empregados) e compradores (empresários ou empregadores) de uma mercadoria, neste caso a mão de obra ou a força do trabalho (GREMAUD et al., 2004, p. 381). O mercado de trabalho, assim, é aquele que aloca os trabalhadores para os empregos e coordena as decisões de emprego (EHRENBERG; SMITH, 2000, p. 30). Essa negociação entre as partes envolvidas na compra e venda da força de trabalho determina o nível de salário, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho (GREMAUD et al. 2004, p. 381), elementos pertinentes e analisados pela economia do trabalho (EHRENBERG; SMITH, 2000, p. 3).

Cabe ressaltar, aqui, de outra parte, que o termo trabalho é mais amplo do que o termo emprego, este último representado como uma relação de trabalho, que pode ser visualizado por meio das estatísticas do emprego formal. Ainda, identificam-se movimentos distintos em termos das diferentes formas de realização do trabalho, como é o caso das diferentes ocupações. Com o passar do tempo, nota-se que algumas ocupações tiveram a sua demanda expandida enquanto em outras ela foi reduzida (EHRENBERG; SMITH, 2000, p. 35), como reflexo da reestruturação produtiva resultante, sobretudo, de novas tecnologias de produção.

Neste sentido, a economia do trabalho aponta a existência de dupla condição no mercado de trabalho: o mercado primário e o mercado secundário. Os empregos oferecidos no

mercado primário de trabalho requerem maior nível de qualificação, apresentam salários relativamente elevados, estabilidade, melhores condições e oportunidades de progresso. Já os empregos do mercado secundário de trabalho, normalmente mais precarizados, caracterizam-se por oferecer salários mais baixos, relações instáveis e sem perspectivas, além de apresentarem piores condições para o seu desenvolvimento; nesse setor considera-se que os retornos da educação e experiências estejam próximos de zero (EHRENBURG; SMITH, 2000, p. 385). Embora o mercado secundário seja considerado espaço possível para a admissão de profissionais com menor escolaridade e experiência, configura-se, na atualidade, como alternativa de obtenção de renda para muitos trabalhadores especializados, que não conseguem inserção no mercado primário, considerando-se a tendência restritiva imposta pelo modelo produtivo.

Ainda, em relação ao mercado de trabalho e as relações existentes entre as partes envolvidas, empregado e empregador, identifica-se o mercado de trabalho formal e o mercado de trabalho informal: o primeiro conta com relações contratuais de trabalho e com legislação específica que as regulamenta; já o segundo utiliza-se de regras de funcionamento com mínimo de interferência governamental (GREMAUD et al., 2004, p. 381). Relacionando, então, essas diferenciações na configuração do mercado de trabalho, é possível associar uma relação de emprego informal, por exemplo, às ocupações enquadradas como de mercado secundário de trabalho.

Em termos macroeconômicos, o mercado de trabalho é condicionado pelos movimentos da dinâmica produtiva. A relação que se estabelece entre o crescimento econômico e a demanda por trabalhadores é positiva, sendo que alguns setores apresentam impacto maior, relativamente, sobretudo naqueles intensivos em trabalho.

Neste sentido, percebe-se que o Brasil tem passado, ao longo dos últimos anos, por profundas transformações, no cenário econômico que refletiram e que continuam refletindo em importantes mudanças nos setores da economia brasileira, em especial no mercado de trabalho (ROCHA; CAMPO; BITTENCOURT, 2010, p. 143). Dentre essas mudanças, Chahad (2003, p. 205) destaca, além dos acontecimentos naturais de uma economia que busca o crescimento, mesmo que muitas vezes sem muito sucesso, as ocorridas na década de 1990, tais como

[...] a abertura comercial, a reforma do papel do Estado, a estabilidade de preços, o avanço tecnológico, a integração em blocos econômicos, o surgimento de formas atípicas de contrato de trabalho, o avanço da negociação coletiva, a busca da flexibilidade nas relações de emprego, as quais, entre outras, têm afetado significativamente o mercado de trabalho e ainda continuam afetando.

Essas mudanças, apontadas pelo autor, influenciaram muito além das principais variáveis que compõem o mercado de trabalho, pois a dinâmica e as estruturas regional, setorial e ocupacional também foram afetadas. Chahad (2003, p. 206-207) trata dessas transições, classificando-as em seis etapas bem definidas por características que serão apresentadas a seguir.

A primeira transição pela qual a economia brasileira passou, segundo ele, refere-se ao controle da inflação, através do Plano Real, que trouxe consigo o fim do imposto inflacionário e implicações positivas na diminuição da pobreza. Em contrapartida, originou

A evolução da profissão por meio da pesquisa

Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

taxas de desemprego aberto maiores, assim como aumento do trabalho informal. Em outras palavras, esse controle da inflação levou a traçar novo perfil de consumidor, as classes mais pobres, o que acarretou no desaparecimento de postos específicos de trabalho, com implicações para a estrutura de emprego.

A segunda transição pontuada pelo autor é em relação à passagem de uma economia fechada para a economia aberta. Como exemplo, pode-se citar o setor industrial, que passou por uma forte reestruturação produtiva organizacional, culminando na perda de dinamismo e diminuição sensível da mão de obra absorvida pelos seus diferentes ramos industriais. Cabe, ainda, destacar que essa liberação econômica traz consigo características que afetam profundamente o mercado de trabalho, uma vez que as tecnologias vindas do exterior são altamente poupadoras de mão de obra, o que ocasiona o aumento da taxa de desemprego e ainda consequências sobre o mercado de bens e serviços.

A terceira transição diz respeito às novas formas de ocupação e aos novos contratos de trabalho, como o processo de informalidade. Esses aspectos têm contribuído para a flexibilização das relações de emprego, motivadas pela reforma trabalhista, tributária e previdenciária de forma incompleta. Ainda, verifica-se que essas transformações têm acontecido sem a participação dos sindicatos, o que tem cooperado para o aprofundamento do processo de informalidade, causando, por consequência, diminuição das receitas do sistema de seguridade pública.

A quarta transição diz respeito à modificação do papel do Estado na sociedade para um papel mais orientado à fiscalização e regulação da economia do que para os estímulos à promoção direta da produção, em ambos os setores, privado e público, em particular ainda os processos de privatização, embora com implicações ainda incertas no mercado de trabalho. Salienta-se que nesse processo de reconfiguração do Estado limita-se a capacidade de formação da poupança interna, comprometendo a absorção de mão de obra.

Em relação à quinta transição, Chahad aponta o processo de inovação tecnológica, nos primórdios da abertura comercial, em consequência das crescentes pressões por maior competitividade e produtividade nas empresas. Essas novas tecnologias influenciaram na mudança do perfil dos profissionais, uma vez que os trabalhadores com pouca escolaridade foram substituídos pelos mais capacitados e com maior gama de competências.

Já a sexta e última transição, segundo o autor, refere-se a dois aspectos do elemento demográfico: primeiramente as taxas de desemprego nas áreas urbanas do país, onde se concentra grande parte das ocupações brasileiras. Quanto ao segundo aspecto, refere-se à chamada “onda-jovem” decorrente do nascimento, nas últimas décadas, de grande número de pessoas que agora participam do mercado de trabalho.

Analisando a realidade brasileira, observa-se que os fatos econômicos ocorridos na década de 1990 acarretaram processo de informalidade do trabalho, com o afrouxamento dos direitos sociais, as novas formas de contratação e de gerenciamento da força de trabalho, por meio da flexibilização, da precarização e da terceirização do trabalho (SANTOS, 2008, p. 152). De acordo com Santos (2008, p. 156), um dos resultados da dinâmica econômica recente foi a concretização do mercado informal de trabalho na economia, pois essas novas ocupações têm absorvido grande parte da população excluída do mercado formal. Ainda, diante disso, é possível afirmar que práticas produtivas ilegais oneram a economia e a indústria brasileira, como é o caso da entrada de produtos por meio do comércio ilegal, uma vez que as empresas, no intuito de cortar custos, demitem funcionários, terceirizam outros e recontratam alguns com remuneração bem inferior, inviabilizando a criação de empregos

regulares e regulamentados (SANTOS, 2008). Outros aspectos que fortalecem o mercado de trabalho informal são as mudanças nos processos de trabalho, nas concepções gerenciais e na organização dos novos tipos de trabalho, os quais não exigem local nem tempo fixos, uma derivação da nova dinâmica econômica (NORONHA apud SANTOS, 2008, p. 157).

Nos anos 2000, de outra parte, observa-se que o cenário produtivo contribuiu positivamente para o mercado de trabalho. Remy, Queiroz e Silva Filho (2010, p. 4) apontam que, ainda que os indicadores de produção manifestassem taxas de crescimento tímidas, os superávits na balança comercial contribuíram para uma reversão no quadro anterior. Os autores relatam que a estabilidade do ambiente macroeconômico foi fundamental. Os acontecimentos do ambiente externo, também, colaboraram com a aceleração do crescimento da economia nacional. O crescimento da China potencializou o mercado exportador do Brasil, uma vez que havia a possibilidade de exportar, além de commodities, produtos manufaturados, elevando a participação do Brasil nas exportações e, consequentemente, mantendo o superávit da balança comercial (REMY; QUEIROZ; SILVA FILHO, 2010, p. 4).

Segundo os autores, a economia brasileira, nesse período, apresentou elevação do Produto Interno Bruto (PIB), atingindo R\$ 1,941 trilhão em valores correntes, em 2004. Diante disso, o mercado de trabalho começa a apresentar resultados positivos na geração de empregos, embora tal comportamento não se repita no ano seguinte, em que apresenta uma retração, motivada pela excessiva elevação da taxa básica de juros (selic), com o objetivo de conter pressões inflacionárias, iniciadas no ano anterior.

A partir de 2006, devido a uma política macroeconômica expansionista, as exportações perdem força e o mercado interno começa a crescer mais rápido. Dois anos mais tarde, em 2008, a economia é atingida pela crise mundial e, nos três primeiros trimestres, apresenta crescimento negativo, recuperando-se rapidamente no final de 2009 (SERRANO; SUMMA, 2011, p. 10). O Brasil encerra 2010 com crescimento significativo do PIB, de 7,5%, resultando numa média de 4,4% no período que compreende 2004 a 2010, mais que o dobro do obtido no período de 1999 a 2003. Assim, constata-se que “não apenas as metas de inflação foram atingidas, em todos os anos, a partir de 2004, como também, e apesar da forte contração devido à crise mundial de 2008, o PIB cresceu muito mais rápido no segundo período” (SERRANO; SUMMA, 2011, p. 11)

Diante desses fatos, observa-se avanço significativo no número de empregos formais oferecidos no País. Os números apontam para boas possibilidades de inserção de profissionais no mercado de trabalho. Nesse momento, o mercado encontra-se reformulado em relação às novas exigências intelectuais que demandam um profissional mais bem preparado, com mais escolaridade e experiência.

Os antigos funcionários, quando incapazes de se qualificar ou de adquirir novas competências, correm o risco de serem substituídos por novos profissionais, com mais qualificação, mudanças que são percebidas tanto no mercado primário quanto no mercado secundário de trabalho. As melhores oportunidades estão no mercado primário, que agrega profissionais graduados e especializados, como é o caso do secretário(a) executivo(a), que será objeto de estudo dessa investigação.

2.2 A dinâmica produtiva e a demanda do profissional de Secretariado Executivo bilíngue no período recente

Ao longo dos anos, o mercado de trabalho sofreu diversas transformações, não apenas na sua forma de organização, mas também na demanda por conhecimento. Os profissionais passaram a ser mais exigidos intelectualmente a fim de apresentar condições de absorver novas informações e de operar novas tecnologias, exigidas por transformações ocorridas na economia mundial e brasileira, especialmente nos anos 1990.

A reestruturação produtiva e as mudanças do cenário econômico brasileiro e mundial implicam na demanda de perfil profissional polivalente, multifuncional, com iniciativa e criatividade. O profissional de Secretariado reúne essas características por ter conhecimentos amplos e possibilidade de vivência em diversos ramos da organização.

Antes mesmo das mudanças econômicas da década de 1990, a profissão de Secretariado Executivo já havia conquistado o seu reconhecimento por meio da regulamentação da profissão. No ano de 1985, as empresas passaram a requisitar esse profissional para atuar dentro das organizações como agente facilitador de processos, atuando junto ao executivo.

A partir do despertar da era da qualidade e da informática, “[...] o que acarretou no surgimento da administração participativa, levou chefes e secretários a atuarem conjuntamente, passando a constituir um grupo de discussão sobre os processos internos e externos, buscando a qualificação dos seus produtos e serviços”. (SABINO; ROCHA, 2004, p. 9).

Para os mesmos autores, as competências e as qualidades profissionais atribuídas ao profissional de Secretariado estão substituindo antigas características da profissão, como simples atendimento ao telefone e agendamento de compromissos, por excelência profissional, competência, conhecimentos múltiplos, cultura e aperfeiçoamento contínuo. O profissional de Secretariado deixou de ser visto como “executor de rotinas” ou “apoio do executivo”, passando a ser considerado como “gestor de processos”.

Nonato Júnior (2009, p. 92) destaca que, em todo o mundo, os conhecimentos da área secretarial crescem e se complexificam, demonstrando que essa área vem conquistando espaço e tornando-se indispensável para o sucesso de qualquer trabalho organizado. Atualmente, de acordo com o autor, o profissional secretário(a) executivo(a) está inserido nos mais diversos mercados de atuação pela sua competência e aperfeiçoamento constante, recebendo o reconhecimento dos mais competentes mercados mundiais, a exemplo de matéria publicada em 2001, no jornal britânico *The Guardian*, destacando as profissionais brasileiras como “as mais bem treinadas do mundo”.

Esse fato, deve-se não somente à legislação brasileira, que exige que os profissionais secretários estejam registrados em uma agência governamental - desde 1985 o título de secretária(o) só poder ser obtido após curso universitário de quatro anos de duração, mas também à complexidade da formação acadêmica a que esses profissionais se dedicam ao longo da formação. A profissão é regulamentada pela lei 7377, de 30/09/85, e Lei 9261, de 10/01/96.

Ainda em relação à regulamentação profissional, salienta-se que, a partir disso, a formação acadêmica vem sendo difundida e valorizada em território nacional, atingindo todos os estados brasileiros, sendo oferecido o curso de formação superior tanto por instituições

públicas quanto privadas, consequentemente contribuindo para a produção científica na área (NONATO JUNIOR, 2009, p. 34).

O secretário representa uma liderança direta e indireta, atua como ponte e agente facilitador dos relacionamentos e processos de trabalho, interagindo no sentido vertical e horizontal do ambiente empresarial, utilizando ainda, nesse processo, a capacidade de aprendizagem com foco no desenvolvimento dessa competência (PORTELA; SCHUMACHER, p. 166-167).

De outra parte, a evolução da economia traçou novo perfil de atuação para o Secretariado e as atribuições da profissão precisaram ser repensadas. Segundo Sabino e Rocha (2004, p. 94), o profissional passa a ter mais responsabilidade e atuar nas seguintes funções:

- i. Assessor: por meio da atuação adjunta aos órgãos deliberativos;
- ii. Gestor: por meio da aplicação de técnicas secretariais que auxiliam no desenvolvimento e implementação de trabalhos (organização, planejamento, controle e avaliação);
- iii. Empreendedor: por meio da promoção e implantação de soluções que otimizem o trabalho, tanto no aspecto individual quanto coletivo;
- iv. Consultor: por meio da análise e entendimento da cultura organizacional, identificando pontos críticos e propondo estratégias de melhorias.

Nessa direção, Santos e Caimi (2009, p. 23) completam que as organizações demandam um profissional que desempenhe um papel de assessoria, tendo responsabilidades de gerenciar informações, documentos e pessoas e ainda contribuir para a melhoria das relações interpessoais, manifestando dinamismo e flexibilidade juntamente com capacidade de empreendimento e automotivação.

Porém, para que esses espaços sejam ocupados dentro da organização pelo profissional da área, algumas características devem fazer parte do perfil profissional, como ser conhecedor das técnicas secretariais com excelência, ser comprometido com a empresa, polivalente, negociador, programador de soluções, pró-ativo e participativo (SABINO; ROCHA, 2004, p. 95).

Sabino e Rocha comentam sobre a inserção do profissional de Secretariado Executivo no mercado de trabalho e explicam que, ao mesmo tempo em que o processo produtivo foi agilizado e desfez fronteiras, trouxe também desafios para os profissionais.

A atualização contínua é condição imperativa à empregabilidade. Aos resistentes às mudanças resta a margem do mercado de trabalho. Aos que adquirem novos conhecimentos e buscam a permanente qualificação profissional, o mercado oferece as oportunidades trazidas pelas inovações (2004, p. 99).

Falando em empregabilidade e citando o profissional de Secretariado Executivo, percebe-se que este profissional tem boa aceitabilidade no mercado de trabalho e reúne competências e características desejáveis para as organizações. A procura pela qualificação constante também tende a contribuir muito com a demanda do profissional, no mercado de trabalho, acompanhando a dinâmica econômica de forma positiva.

A evolução da profissão por meio da pesquisa

Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

3 Procedimentos Metodológicos

O referencial teórico permitiu identificar relação positiva entre nível de produção e nível de emprego, sobretudo o do emprego formal. Portanto, o estudo trata de pesquisa aplicada, em nível dedutivo, segue uma abordagem quantitativa e, em relação ao nível de complexidade, enquadra-se como pesquisa descritiva. Para a sua operacionalização, utiliza das técnicas de pesquisa bibliográfica, na área das ciências sociais aplicadas, especificamente, da economia do trabalho e macroeconomia, destacando a interrelação com a profissão do secretário(a) executivo(a), e de pesquisa de levantamento de dados secundários, obtidos junto a institutos de pesquisa nacionais, caso do Banco Central do Brasil (BACEN, 2011) e do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL. MTE, 2011).

As variáveis utilizadas, na perspectiva do problema de pesquisa, são:

- i. Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto (PIB) refere-se ao valor do conjunto de todos os bens e serviços produzidos dentro do território econômico de um país em determinado período (BACEN, 2011). Os dados foram obtidos junto ao Banco Central do Brasil (2011) e referem-se à variação percentual real (%);
- ii. Emprego total: corresponde ao total de empregos formais como celetistas, estatutários, avulsos, temporários, dentre outros (BRASIL. MTE, 2011);
- iii. Emprego secretário(a) executivo(a) e afins: enquadramento incluído no sistema de dados do MTE a partir do ano de 2003. Refere-se ao emprego formal de secretários(as) executivos(as) e áreas afins. É classificada na família 2523 - Secretárias (os) Executivas (os) e afins. Outra categoria que aparece somente a partir de 2003 é a 3515 dos Técnicos em Secretariado, Taquígrafos e Estenotipistas, que não será considerada na presente análise. Os dados relativos ao emprego (inclusive o total) têm como fonte a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) (BRASIL. MTE, 2011).

Embora a profissão de secretário(a) executivo(a) seja regulamentada em lei desde 1985, os primeiros registros do número de profissionais formais na área, constantes no banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), datam de 2003. Portanto, o levantamento dos dados corresponde ao período entre 2003 e 2010, buscando informações a cerca do número de profissionais existentes, no mercado, no período mencionado, e em qual região encontra-se o maior número de registros. Também será levada em consideração a evolução desse número de profissionais. Os dados foram tratados quantitativamente por meio de estatística descritiva simples, tais como taxa de variação (%), frequência absoluta e frequência relativa (%). O período escolhido coincide com o ano em que foi disponibilizada a categoria ocupacional.

4 Resultados e discussões

Observa-se que o profissional está em constante busca pelo aperfeiçoamento e é este perfil que o torna cada vez mais bem preparado para a participação ativa no mercado. Assim, busca o conhecimento de técnicas e conhecimentos específicos de cada área de atuação a ser definida pelo profissional.

A evolução da profissão por meio da pesquisa

Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

Tendo em vista que o profissional de Secretariado tem a incumbência de, durante sua formação profissional, conhecer as ferramentas de organização e execução de tarefas secretariais, além de ferramentas e temáticas da administração e economia, tem plenas condições de acompanhar o processo de crescimento econômico e conquistar espaço no mercado de trabalho.

A Tabela 1 demonstra a evolução do número de profissionais em Secretariado Executivo contratados formalmente ao longo dos últimos sete anos, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em todas as regiões do Brasil.

Tabela 1 Evolução do número de profissionais secretários executivos empregados formalmente no país, por macrorregião – 2003-2010

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
2003	4.256	16.959	45.900	14.746	10.165	92.026
2004	5.464	17.949	46.970	15.392	11.471	97.246
2005	6.533	21.184	51.504	17.449	12.803	109.473
2006	6.701	21.699	53.348	17.749	13.644	113.141
2007	8.769	23.050	56.588	18.613	13.952	120.972
2008	8.843	23.974	56.486	19.616	15.343	124.262
2009	10.846	25.225	60.822	21.662	17.159	135.714
2010	12.237	30.801	63.633	22.926	18.283	147.880

Fonte: Rais (BRASIL. MTE, 2011).

Ao serem analisados os dados constantes na Tabela 1, em nível nacional, percebe-se que os empregos formais na área de Secretariado Executivo evoluíram significativamente nos últimos sete anos. Em 2003, tínhamos, no Brasil, registrados formalmente 92.026 profissionais atuando como Secretários(os) Executivos(os) e áreas afins. Já em 2010, esse número passou a ser de 147.880 profissionais, representando incremento de 61,0% no número total desses profissionais, com crescimento anual de 7% ao ano, em média.

Em relação aos dados por região, destaca-se a Sudeste, que compreende os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro (cujas capitais são consideradas as três maiores metrópoles do Brasil) e Espírito Santo. Em 2003, a região Sudeste contava com 45.900 secretário(a)s executivo(a)s e, em 2010, esse número passou a ser de 63.633, aumento de 39,0%. Em seguida, aparece a região Nordeste, que, em 2003 computava 16.959 e, em 2010, chegava a marca de 30.801 profissionais da área, representando 82,0% de crescimento, no período; após, tem-se a região Sul, que aumentou suas contratações formais em 55,0%, ou seja, passou de 14.746 contratados para 22.926. Em penúltimo lugar está a região Centro-Oeste, que, em 2003, possuía 10.165 profissionais e, em 2010, esse número passou para 18.283, um aumento de 80,0%, um crescimento significativo para o período. Em último lugar encontra-se a região Norte, que, em 2003, contava com 4.256 empregados na área, passando para 12.237, em 2010, um aumento de 188,0%, configurando-se como a região que mais cresceu em empregos formais para o profissional.

Os dados da Tabela 2 permitem observar a evolução do emprego formal, no Brasil, e constatar que, novamente, a região Sudeste tem apresentado o melhor resultado acumulado ao longo dos anos, tanto em nível nacional quanto em relação ao profissional secretário(a) executivo(a), com 22.460.901 milhões e 63.633 mil de empregos gerados, respectivamente. Seguem timidamente, nesta ordem, as regiões Nordeste, com 8.010.804 milhões de empregos

A evolução da profissão por meio da pesquisa

Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

formais, sendo 12.237 mil na área secretarial; Sul, do total de 7.557.494 milhões de empregos, 22.926 são profissionais do Secretariado; na região Centro-Oeste o total é de 3.630.787 milhões de empregos formais e 18.283 são secretários(as) executivos(as); e, por fim, a região Norte, que representa um total de 2.408.166 milhões de empregos formais e 12.237 de secretários(as) executivos(as).

Tabela 2 Evolução do número de profissionais secretários executivos empregados formalmente no país em comparação ao aumento do emprego total no Brasil – 2003-2010

Ano	Total Norte	Sec. Exec.	Total Nordeste	Sec. Exec.	Total Sudeste	Sec. Exec.	Total Sul	Sec. Exec.	Total Centro Oeste	Sec. Exec.	Total Brasil	Sec. Exec.
2003	1.379.761	4.256	5.095.390	16.959	15.396.672	45.900	5.256.600	14.746	2.416.504	10.165	29.544.927	92.026
2004	1.529.195	5.464	5.394.730	17.949	16.259.719	46.970	5.632.349	15.392	2.591.583	11.471	31.407.576	97.246
2005	1.650.837	6.533	5.808.590	21.184	17.201.452	51.504	5.831.790	17.449	2.745.948	12.803	33.238.617	109.473
2006	1.792.126	6.701	6.185.903	21.699	18.140.168	53.348	6.170.491	17.749	2.866.561	13.644	35.155.249	113.141
2007	1.954.641	8.769	6.567.837	23.050	19.532.512	56.588	6.502.575	18.613	3.049.865	13.952	37.607.430	120.972
2008	2.080.009	8.843	6.948.709	23.974	20.386.019	56.486	6.802.842	19.616	3.223.987	15.343	39.441.566	124.262
2009	2.191.265	10.846	7.422.186	25.225	21.098.135	60.822	7.078.443	21.662	3.417.517	17.159	41.207.546	135.714
2010	2.408.166	12.237	8.010.804	30.801	22.460.901	63.633	7.557.494	22.926	3.630.787	18.283	44.068.152	147.880

Fonte: Rais (BRASIL. MTE, 2011)

A evolução da profissão por meio da pesquisa
Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

Num segundo momento, analisando os dados conjuntamente emprego formal total e do secretário(a) executivo(a), percebe-se que a profissão tem acompanhado a tendência de geração de empregos e crescido em maior número também na região Sudeste. A Figura 1 mostra a comparação com as duas variáveis e confirma a hipótese de crescimento na mesma proporção.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que o crescimento se manteve constante, no período, e que, em poucos momentos, a profissão apresentou crescimento inferior ao nacional: inclusive, em 2010, a profissão ultrapassou a média nacional.

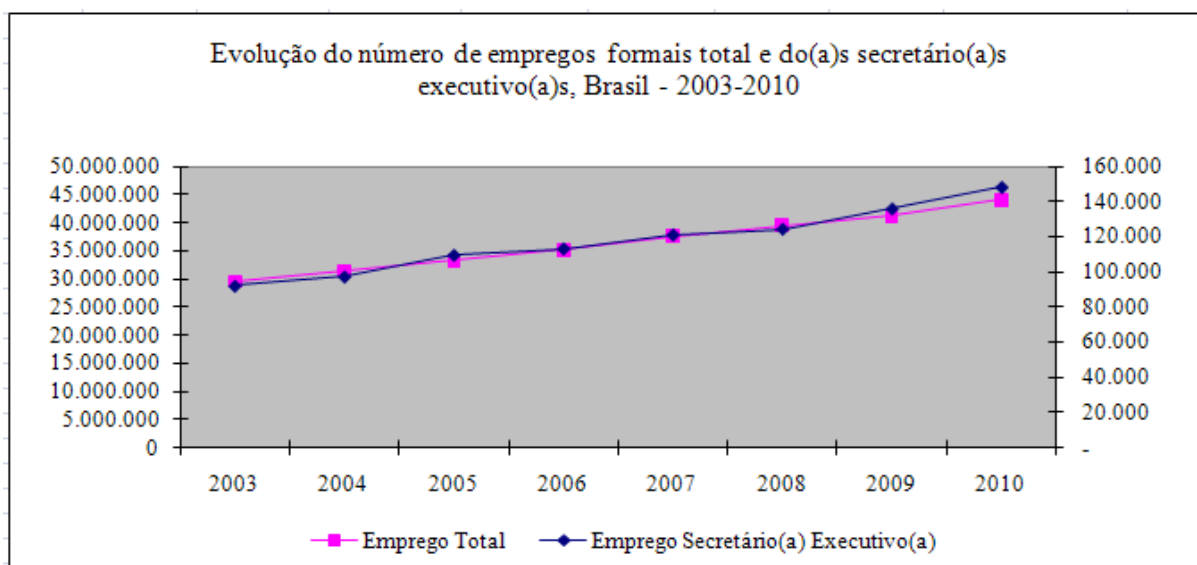


Figura 1 Evolução do total do número de profissionais secretários executivos empregados formalmente, no País, em comparação ao aumento do emprego total, no Brasil – 2003-2010

Como foi comentado anteriormente, o cenário recente da economia brasileira, de modo amplo, viabilizou o crescimento tanto no nível de produção quanto no nível de emprego, sobretudo o emprego formal. Focaliza-se, então, de forma aplicada, os dados relativos a taxa de crescimento anual do PIB e sua relação com as taxas de crescimento do emprego total e do emprego para a ocupação secretário(a) executivo(a) e afins. Este último como aproximação à configuração do seu mercado de trabalho primário.

Analisando a Figura 2, observa-se que, com exceção do ano de 2009, as taxas de crescimento do PIB são positivas, o que é favorável para o mercado de trabalho. Cabe destacar que o ano que se sobressai é o ano de 2010, com o maior crescimento (7,5%). Em contrapartida, o ano de 2009 como o de menor taxa de crescimento (-0,6%). Os demais anos apresentaram crescimento positivo, destacando-se, nesta ordem de melhor desempenho, 2007 (6,1%); 2004 (5,7%); 2008 (5,2%); 2006 (4,0%) e, por fim, 2005 (3,2%).

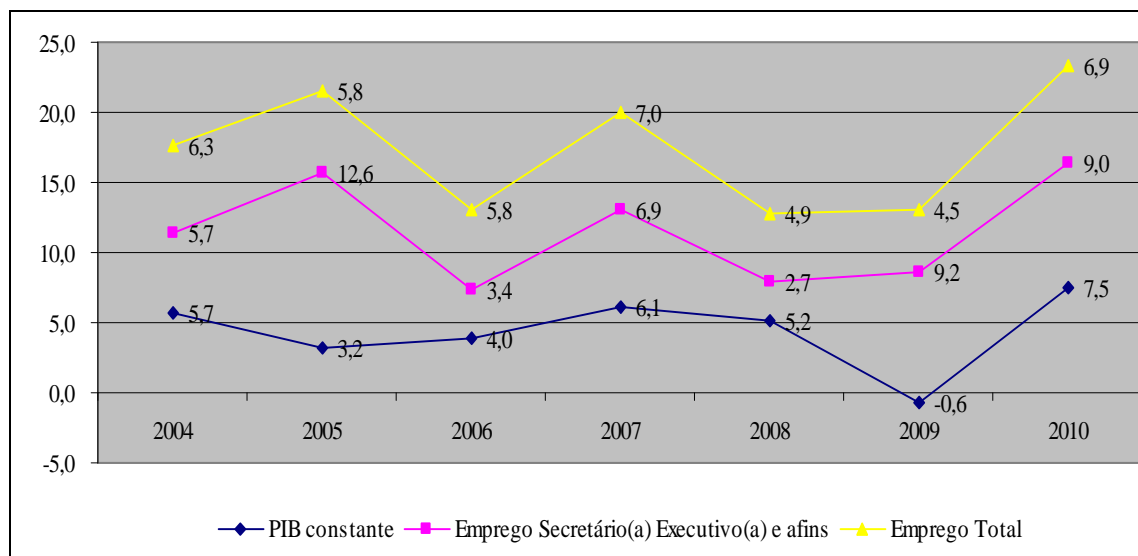


Figura 2 Evolução do PIB constante do número de empregos total e de secretário(a)s executivo(a)s, por taxa de crescimento anual (%) Brasil - 2004-2010

Comparando com a evolução do mercado de trabalho em geral, observa-se que a relação entre o PIB e o nível de emprego, pelo menos em termos formais, é muito próxima. O nível de emprego total e o do emprego do secretário(a) executivo(a) seguem a mesma tendência ou a mesma dinâmica do PIB, o que pode ser evidenciado pelos movimentos crescentes ou decrescentes da taxa de expansão.

Cabe ainda notar que essa diferença positiva evidenciada pelo emprego formal de secretários(as) executivos(as) possivelmente ocorre quando estudos futuros podem confirmar pela dinâmica dos setores da atividade econômica.

Considerações finais

A profissão de secretário(a) executivo(a) tem apresentado crescimento positivo para o período recente, o que pode ser evidenciado na capacidade que esse profissional tem de atuar nos diversos ramos das organizações. Conforme citado no estudo, esse profissional possui características e capacidade intelectual suficiente para acompanhar as tendências da economia, atuando de forma assertiva ao lado do executivo.

Diante do cenário das transformações ocorridas no mercado de trabalho, principalmente nos anos 1990 e 2000, períodos nos quais se observa, por exemplo, a inserção de novas tecnologias, pode-se afirmar que esse profissional detém conhecimento de técnicas e capacidade de aprender a lidar facilmente com essas inovações, tanto em relação a instrumentos de facilitação do trabalho quanto a situações inéditas, que ocorrem todos os dias, nas organizações.

A partir do estudo aplicado, com o tratamento dos dados secundários, percebe-se que o profissional de Secretariado Executivo tem acompanhado a dinâmica econômica do País, crescendo de forma positiva, tanto em relação à produção nacional quanto na evolução do emprego formal do País.

A evolução da profissão por meio da pesquisa

Passo Fundo/RS: UPF, 20, 21 e 22 de outubro de 2011

Constata-se que a profissão obteve incremento de 61,0% no total de emprego formal da profissão de secretárias(os) executivas(os) e áreas afins. Além disso, observa-se que o crescimento tem sido positivo em todas as regiões brasileiras, o que acaba confirmando o crescimento significativo da profissão e a sua consolidação no mercado formal.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL – Bacen. Economia e Finanças. Indicadores de Conjuntura. Indicadores econômicos consolidados. *Produto Interno Bruto e taxas de crescimento*. Brasília: 2011. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>. Acesso em 02 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Estatísticas. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho. *Bases Estatísticas Rais/Caged*. Acesso on line, 2011. Disponível em: <http://sgt.caged.gov.br/index.asp> Acesso em: 29 jul. 2011.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Tendências Recentes no Mercado de Trabalho: Pesquisa de Emprego e Desemprego. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.17, p. 205-217, 2003.

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert Stewart. *A moderna economia do trabalho: teoria e política pública*. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

GREMAUD, Amaury Patrick; PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Coord.). *Manual de economia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

NONATO JÚNIOR, Raimundo. *Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo*: a Fundação das Ciências da Assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José (Coord.). *Gestão secretarial: o desafio da visão holística*. Cuiabá: Adeptus, 2009.

REMY, Maria A. P. de Aguiar; QUEIROZ, Silvana N. de; SILVA FILHO, Luis A. da. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 17, População e Desenvolvimento: decifrando conexões Caxambu (MG), 20-24 set. 2010. *Anais...* Disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs.../abep2010_2589.pdf

ROCHA, Marcos; CAMPOS, Maria de Fátima Sales de Souza; BITTENCOURT, Maurício Vaz Lobo. A evolução das desigualdades por categorias de escolaridade entre 1996 e 2004: uma análise com regressões quantílicas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 141-146, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482010000100007&lng=en&nrm=iso Acesso em: 20 jul. 2011.

SABINO, Rosimeri Ferraz; ROCHA, Fabio Gomes. *Secretariado: do escriba ao web writer*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

SANTOS, Cássia Viviane dos; CAIMI, Flávia Eloisa. Secretário Executivo: formação, atribuições e desafios profissionais. In: DURANTE, Daniela Giaretta; FÁVERO, Altair Alberto (Org.). **Gestão secretarial**: formação e atuação profissional. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. 2008. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2, maio/ago. 2008. Disponível em www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a11v19n2.pdf . Acesso em: 05 de jul. 2011.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política Macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000. In: Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), 4, Rio de Janeiro (IERJ), 3 a 5 ago. 2011. *Anais Eletrônicos*. Disponível em www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/57.pdf Acesso: 20 jul. 2011.